

# Guia de Fontes<sup>1</sup>

## Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo

---

### Acervo documental

O **Arquivo Histórico do Município de Rio Pardo (AHMRP)** é responsável pela guarda e preservação de um dos mais importantes acervos documentais do Estado do Rio Grande do Sul. Repositório de documentos produzidos em diferentes contextos da história brasileira, seu acervo reúne uma variedade de tipologias documentais que vão dos **registros oficiais da Câmara Municipal de Rio Pardo**, órgão oficialmente instalado na então **Capitania do Rio Grande de São Pedro** em 1811, até **coleções de leis, decretos e atos governamentais** produzidos pelas diferentes instâncias e regimes político-administrativos do Estado-Nação brasileiro.

A partir do diálogo entre a arquivística e a historiografia contemporânea e da conjunção de viabilidade técnica do armazenamento e conservação, com o estabelecimento de critérios de seleção, guarda e preservação, o **Guia de Fontes do AHMRP** reflete parte inicial do processo de revitalização do AHMRP. Para sua confecção seguiu-se as orientações técnicas da arquivologia – sistema e níveis de descrição de conjuntos documentais, critérios de arranjo e composição dos fundos, séries e subséries de documentos – e da pesquisa histórica dos sistemas de administração pública na esfera das municipalidades assim como do contexto histórico de produção dos diferentes conjuntos documentais que compõem o acervo. Entende-se que a produção do conhecimento necessário para a organização e compreensão de um acervo documental composto por documentos produzidos em diferentes períodos de sistemas administrativos, como é o caso do

---

<sup>1</sup> Versão completa do Guia de Fontes.

acervo que se encontra sob custódia do AHMRP, requer o conhecimento histórico específico da produção dos documentos que estão inseridos no conjunto mais amplo do acervo. Assim, o **Guia de Fontes do AHMRP** foi organizado de acordo com os períodos e com os sistemas de administração municipal em que foram produzidos.

## **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PARDO**

**Em 1809 houve a criação oficial das quatro primeiras vilas da Capitania do Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo. Em 1811 houve a instalação solene da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo** com a tomada de posse dos vereadores municipais e demais oficiais camarários responsáveis pelas funções públicas administrativas e judiciárias do período. Ficaram subordinadas à jurisdição da **Câmara Municipal de Rio Pardo** as freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, Santo Amaro e São José do Taquari; as capelas curadas de Santa Bárbara da Encruzilhada, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava e Santa Maria da Boca do Monte; os povoados de Nossa Senhora do Rosário de São Gabriel e os Sete Povos das Missões. Até a **Constituição de 1824** e a **Lei de 1º de Outubro de 1828**, a **Câmara Municipal manteve as funções administrativas e judiciais**. A partir de então e até a proclamação da República, suas atribuições ficaram restritas à administração pública como tributações, obras públicas e infraestrutura, higiene entre outras. Com a separação das funções de justiça civil e crime, a Câmara era composta pelos vereadores municipais, um secretário, um procurador, um porteiro e fiscais.

## **INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE RIO PARDO (1892-1930)**

Com o **advento republicano em 1889** e com a **instalação da Intendência Municipal em substituição à Câmara Municipal** do período imperial brasileiro, o governo municipal de Rio Pardo ficou ao exercício de um **Conselho Municipal** composto por sete membros e de **um intendente**, ambos eleitos de quatro em quatro anos pelos eleitores do município. Os demais cargos eram nomeados pelo

intendente municipal. De acordo com a **Lei Orgânica municipal de 1892** e obedecendo as instruções da **Constituição do Estado de 1891**, subordinados ao intendente do município estavam a **Guarda Municipal**, responsável pela manutenção da ordem pública e pelo policiamento local; a **Secretaria do Município**, sub-órgão encarregado da instrução pública municipal, saúde e assistência pública, comércio e indústria e das relações do município com outro município, o Estado e a União; **Secretaria do Tesouro e Fazenda**, incumbida dos negócios fazendários e das obras públicas. Já ao **Conselho Municipal** cabia a apreciação dos projetos convertidos em lei pelo presidente do Estado e, se fosse o caso, contra eles representar, fixar anualmente as despesas e orçar a receita do município, autorizar o intendente a realizar operações de crédito, aprovar as contas municipais, criar ou suprimir taxas de impostos, atribuir e fixar o valor do ordenado do intendente, entre outras. A estrutura do Conselho Municipal e sua forma de atuação aproximam-se dos atributos legais das atuais Câmaras de Vereadores.

### **Fundo: Câmara Municipal**

#### **Série: Justiça**

#### **Subsérie: Juizado de Paz**

#### **Juizado de Paz**

De acordo com a Lei de 15 de outubro de 1827 em cada freguesia ou paróquia do Império do Brasil deveria haver um Juiz de Paz e um suplente. Eleitos ao mesmo tempo e maneira por que se elegiam os vereadores, aos Juizes de Paz foram atribuídas funções que variaram ao longo do Império. Entre as diferentes atribuições, competia-lhes conciliar as partes antes da demanda de justiça, processar e julgar as causas cíveis cujo valor não excedesse a dezesseis mil-réis; manter a ordem nos ajuntamentos (reuniões públicas), dissolvendo-os no caso de desordem; pôr em custódia os bêbados durante a bebedice; corrigi-los por vício

e turbulência e as prostitutas escandalosas, obrigando-os a assinar termo de bem viver, com a cominação de penas; fazer destruir os quilombos; fazer autos de corpo de delito; interrogar os delinquentes, prendê-los e remetê-los ao juiz competente; ter uma relação dos criminosos para fazer prendê-los; fazer observar as posturas policiais das câmaras; informar o juiz de órfãos sobre incapazes desamparados e acautelar suas pessoas e bens, enquanto aquele não providenciasse; vigiar sobre a conservação das matas públicas e obstar nas particulares ao corte de madeiras reservadas por lei; participar ao presidente da província quaisquer descobertas úteis que se fizessem no seu distrito; procurar a composição das contendas e dúvidas sobre caminhos particulares, atravessadouros e passagens de rios ou ribeiros, sobre uso das águas empregadas na agricultura ou na mineração, dos pastos, pescas e caçadas, sobre limites, tapagens e cercados das fazendas e campos, e sobre os danos feitos por familiares ou escravos; dividir o distrito em quarteirões que não contivessem mais de vinte e cinco fogos.

Após a promulgação do Código Criminal, em 16 de dezembro de 1830, a Lei de 6 de junho de 1831 deu aos juizes de paz competência para conhecerem ex officio dos crimes policiais., com autoridade em todo o município, e para nomearem, em seus distritos, os delegados de quarteirão. A partir de 18 de agosto de 1831, também foram incumbidos de presidir as juntas paroquiais de alistamento da Guarda Nacional e com a Lei de 23 de outubro de 1832 coube-lhes a responsabilidade de julgar as habilitações para a naturalização de estrangeiros.

### **Descrição geral do conteúdo**

Registro e termo de compromisso de imigrantes – Santa Cruz

Registros de nascimentos – Distrito de Cruz Alta – Rio Pardo

Registros de nascimentos – Distrito de Cruz Alta – Rio Pardo

Registros de juramento dos estrangeiros naturalizados (Lei de 23/10/1832) – Santa Cruz

Escrituras e contratos – Distritos de Iruí e Pequiri – Rio Pardo

Extratos de registros de casamento de indivíduos não católicos – Santa Cruz

Registros de nascimentos – Santa Cruz

Registros da Junta de Alistamento de Praças da Guarda Nacional – 6º Corpo Provisório da Guarda Nacional – Rio Pardo

Registros de casamento de indivíduos não católicos – Santa Cruz

Registros de protocolos de audiência – Distrito do Irui – Rio Pardo

Escrituras de campos, traslado, procurações, termos de testamento, atas de recebimento de cédulas em eleições distritais – Rio Pardo

Escrituras de campos, traslado, procurações, termos de testamentos, atas de recebimento de cédulas em eleições distritais – Rio Pardo

### **Fundo: Câmara Municipal**

#### **Série: Justiça**

##### **Sub-série: Juizado de Paz**

Livro de Registro do Juizado de Paz – Naturalizações – Santa Cruz (LRJP) 1844-89

Livro de Registro do Juizado de Paz – Termo e Compromisso de Imigrantes – Santa Cruz (LRJP) 1850

Livro de Registro do Juizado de Paz – Nascimentos – Cruz Alta (LRJP) 1851-52

Livro de Registro do Juizado de Paz – Naturalizações – Santa Cruz (LRJP) 1860-89

Livro de Registros do Juizado de Paz – Escrituras e Contratos – Distritos Iruí e Pequiri (LRJP) 1861-81

Livro de Registro do Juizado de Paz – Casamentos não católicos – Santa Cruz (LRJP) 1863-88

Livro de Registro do Juizado de Paz – Nascimentos – Santa Cruz (LRJP) 1863-67

Livro de Registros do Juizado de Paz – Guarda Nacional (LRJP) 1864

Livro de Registro do Juizado de Paz – Casamentos não católicos – Santa Cruz (LRJP) 1866-77

Livro de Registros do Juizado de Paz – Protocolos de Audiência – Distrito Iruí (LRJP) 1866-90

Livro de Registros do Juizado de Paz – Escrituras, traslados, procurações, termos de testamentos, eleições distritais (LRJP) 1881-83

Livro de Registro do Juizado de Paz – Escrituras, traslados, procurações, termos de testamentos, eleições distritais (LRJP) 1883-86

---

**FONTES:** Lei de 15 de outubro de 1827 (inserir instrução da lei); Lei de 1} de outubro de 1828 – Da nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para sua eleição e dos Juizes de Paz; Código Criminal de 16 de dezembro de 1830; Lei de 6 de junho de 1831 (inserir instrução da lei); Lei de 18 de agosto de 1831 (inserir instrução da lei); e Lei de 23 de outubro de 1832 (inserir instrução da lei).

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Tesouraria**

20 Livros de Receita e Despesa da Intendência Municipal (LRD-IM) dos anos de 1892, 1892/98, 1893/94, 1893, 1895 (2), 1896 (2), 1896/97, 1897/98, 1897/99, 1898, 1898/99, 1900, 1900/01, 1908/10, 1909, 1919, 1928, 1929.

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Tesouraria**

46 Livros de Receita e Despesa da Prefeitura Municipal (LRD-PM) dos anos de 1935, 1936, 1939, 1940, 1944 (9), 1944/45, 1945 (7), 1945/46, 1946/47, 1947 (3), 1948 (2), 1950 (2), 1951 (2), 1951/52, 1952, 1952/53, 1953 (2), 1954, 1957 (2), 1958, 1958/59, 1959/60, 1960, 1970, 1970/71.

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Vereação**

**Reuniões ordinárias Câmara**

**Reuniões e decisões da Comissão de Contas e Orçamento da Câmara Municipal de Rio Pardo**

(Existe um vácuo no período do Estado Novo)

**Descrição geral do conteúdo:**

Reuniões e decisões da Câmara Municipal de Rio Pardo

16 Livros de Atas da Câmara Municipal (LACM) dos períodos: 1811/18, 1827/29, 1829/32, 1832/34, 1832/35, 1834/42, 1842/47, 1847/49, 1851/59, 1859, 1860/66, 1866/69, 1872/80, 1880/85, 1885/89, 1889/92

**Fundo: Intendência**

**Série: Vereação**

4 Livros de Atas da Câmara Municipal (LACM) dos anos de 1892, 1898, 1909/24, 1929/69

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Vereação**

12 Livros de Atas da Câmara Municipal (LACM) dos períodos de 1935/48, 1938, 1939/43, 1948/49, 1949/52, 1952/56, 1956/57, 1956/59, 1957/60, 1960/61, 1957/59, 1961/63

**Fundo: Eleições (1811-1926)**

**Série: Assembleia Paroquial**

4 Livros de Atas da Assembleia Paroquial – Rio Pardo (LAAP) dos anos de 1845, 1866/72, 1866/73, 1880

**Série: Colégio Eleitoral**

5 Livros de Atas do Colégio Eleitoral – Rio Pardo (LACE) dos anos de 1828, 1845, 1852/80, 1866, 1879

### **Série: Conselho/Junta Municipal**

2 Livros de Atas do Conselho Municipal de Recursos – Rio Pardo (LACM) dos anos de 1861/71, 1871/73

3 Livros de Atas da Junta Municipal – Rio Pardo (LAJM) dos anos 1876, 1876/80, 1880.

### **Série: Eleições Municipais/Alistamento Eleitoral**

8 Livros de Atas das Eleições Municipais – Rio Pardo (LAEM) dos anos de 1881/91, 1890, 1896, 1896/1912 (2), 1908/12, 1916, 1924/28

Livro de Listas Eleitorais – Rio Pardo (LLE) do período 1876/78

Livro-índice de Eleitores – Rio Pardo (LIE) do ano de 1926

14 Livros Alistamento Geral de Eleitores (LAGE) dos anos de 1891/1903, 1892/97, 1896/1912, 1897, 1897/1905, 189?, 1903/04, 1905 (4), 1906, 1907, 1907/10

### **Série: Junta Paroquial de Qualificação**

Livro dos Termos de Eleição – Rio Pardo (LTE) do período 1811/1828

Livro de Decretos e Comunicados Eleitorais (LDCE) do ano de 1846

5 Livros de Atas da Junta Paroquial – Santa Cruz (LAJP) dos anos de 1861/64, 1864, 1865, 1871, 1876

3 Livros de Atas da Junta Paroquial – Rio Pardo (LAJP) dos anos de 1873, 1876/80 (2)

2 Livros de Controle de Títulos Eleitorais (LCTE) dos anos de 1876, 1876/79

**Fundo: Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco**

Livro Registros da Irmandade da Ordem 3ª de São Francisco – Sepultamentos (LRI-/S) 1849/55

Livro Registros da Irmandade da Ordem 3ª de São Francisco – Termo de Entrada de Confrades (LRI-C) do ano de 1882.

---

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Justiça**

**Subsérie: Junta Emancipação; Classificação de Escravos**

Descrição geral do conteúdo

Livro de Atas da Junta de Emancipação de escravos (LAJEE) 1873-84

Livro de Registros de Classificação de Escravos (LRCE) 1873-84

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Leis, decretos e posturas**

Descrição geral do conteúdo:

Termo de criação da Vila de Rio Pardo; autos de nomeação dos oficiais camarários; Registro de decretos e leis recebidos pelo Conselho Municipal de Rio Pardo; Código de posturas da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

Livro Termo de Criação da Vila de Rio Pardo (LTCVRP) 1811

Livro de Registros das Posturas Municipais (LRPM) 1811-24

Livro de Registro de Decretos e Leis (LRDL) 1829-34

Livro de Registros das Posturas Municipais (LRPM) 1832

Livro de Registro de Decretos e Leis (LRDL) 1832-34

Livro de Registros das Posturas Municipais (LRPM) 1877

**Fundo: Intendência**

**Série: Leis, decretos e posturas**

Livro de Registros das Posturas Municipais (LRPM) 1898

Livro de Registro de Decretos e Leis inspetoriais (LRDL-Inspetorias) 1914

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Óbitos e Sepultamentos**

**Subsérie: Cemitério Municipal da Cidade**

Os livros de registro de óbito e sepultamento acumulados pelo AHMRP foram produzidos por funcionários responsáveis pela administração do Cemitério Municipal de Rio Pardo e encarregados do Cemitério da Aldeia de São Nicolau. No caso do primeiro, sua construção ocorreu no início do decênio de 1860, em uma área relativamente afastada da região mais densamente ocupada pela população urbana, área esta conhecida popularmente como Potreiro de Nossa Senhora. Já o segundo, supõe-se que seja remanescente do cemitério destinado ao sepultamento dos índios cristianizados na pretérita Aldeia de São Nicolau. Existe um livro de registros específicos para protestantes. O termo de abertura dos primeiros livros data do ano de 1863, ano da inauguração do cemitério municipal.

Descrição geral do conteúdo: óbitos e sepultamentos de protestantes efetuados no cemitério público – Rio Pardo; óbitos e sepultamentos efetuados no cemitério público – Rio Pardo.

Livro de Registro de Óbitos e Sepultamentos – Protestante (LROS) 1870-45

4 Livros de Registro de Óbitos e Sepultamentos (LROS) – períodos 1863-71, 1871-80,

1880-83, 1884-92

**Fundo: Intendência**

**Série: Óbitos e Sepultamentos**

**Subsérie: Cemitério Municipal da Cidade**

10 Livros de Registro de Óbitos e Sepultamentos (LROS) – períodos 1892-96, 1896-90, 1900-03, 1906-09, 1911-20, 1920-23, 1923-25, 1925-27, 1927-28

01 Livro de Registro de Óbitos e Sepultamentos – Protestante – período 1909-11

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Óbitos e Sepultamentos**

**Subsérie: Cemitério Municipal da Cidade**

07 Livros de Registro de Óbitos e Sepultamentos (LROS) – períodos 1930-34, 1934-39, 1939-46, 1946-50, 1950-53, 1956-60, 1960-66

01 Livro de Registro de Óbitos e Sepultamentos – Protestante (LROS) – período 1954-56

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Óbitos e Sepultamentos**

**Subsérie: Cemitério Aldeia São Nicolau**

05 Livros de Registro de Óbitos e Sepultamentos (LROS) – períodos 1934-39, 1939-42, 1949-57, 1957-65, 1965-68

01 Livro de Registro de Óbitos e Sepultamentos – Protestante (LROS) – período 1942-49

---

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Cargos e Nomeações**

Descrição geral do conteúdo:

Termo de Posse e juramento das ordenanças (Capitão-mor, Sargento-mor, alferes, ajudantes)

6 livros de Posse e Juramentos (LEPJ) período 1811 – 1847

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Correspondência**

Descrição geral do conteúdo:

Códices contendo correspondências, requerimentos, ofícios, recibos...

94 códices gerais (CG) período 1809 – 1891

(Faltam códices dos anos 1810, 1838, 1839, 1840 e 1845)

**Fundo: Intendência**

**Série: Correspondência**

176 códices gerais (CG) período 1892 – 1929

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Correspondência**

79 códices gerais (CG) período 1930 – 1944

**Fundo: Câmara**

**Série: Correspondência**

Descrição geral do conteúdo:

Correspondências expedidas pela Câmara Municipal de Rio Pardo – solicitação de encomendas – ofícios, editais, circulares – assuntos diversos

6 Livros de Correspondência (LC) período 1860 – 1874

(Faltam livros dos anos 1864 e 1873)

**Fundo: Intendência**

**Série: Correspondência**

6 Livros de Correspondência (LC) período 1892 – 1910

(Faltam livros dos anos 1894, 1896 a 1907 e 1909)

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Correspondência**

6 Livros de Correspondência (LC) Anos 1939, 1949, 1952-54, 1954-57, 1960-69

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Diretoria Geral da Instrução Pública**

3 Livros Atas Instrução Pública (dois de Rincão Del Rey, um da cidade) (LIP-At) períodos 1870-73, 1870-77 e 1884-89

**Fundo: Intendência**

**Série: Secretaria do Município**

**Subsérie: Instrução Pública**

1 Livro Instrução Pública Frequência – Aula Rural de Capivarita V Distrito (LIP-Freq) 1918-26

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Secretaria do Município**

**Subsérie: Instrução Pública**

11 Livros Instrução Pública (Matrículas, Mobiliário, Frequência, Visitas, Mérito, Pagamentos) anos 1936, 1940-50, 1949, 1949-58, 1952-3, 1952-57, 1954-55, 1956, 1958, 1958-63

**Fundo: Intendência**

**Série: Guarda Municipal**

5 Livros Termo da Guarda Municipal de Rio Pardo (LTGM) dos períodos 1892-1900, 1900-12, 1912-17, 1917-26, 1926-29

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Inspeção de Saúde**

Livro da Junta de Revisão incapacidade física ou moral dos alistados (LJR-AL) 1875

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Justiça**

**Subsérie: Almotaçaria**

O Arquivo Municipal de Rio Pardo guarda manuscritos que registram a ação dos Almotacés na Vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo. O cargo ou ofício de Almotacé deriva da instituição da Almotaçaria. Eleito mensalmente pela Câmara, **ao Almotacé cabia a fiscalização do abastecimento de víveres para a localidade** conforme as determinações pré-estabelecidas pelo Conselho Municipal, **a divisão e fiscalização da carne dos açougues públicos** entre os moradores da vila, a aferição mensal, com o escrivão da Almotaçaria, dos pesos e medidas dos estabelecimentos comerciais, se as casas comerciais e oficinas de artesãos tinham a competente licença de funcionamento, o zelo pela limpeza da vila ou cidade e a fiscalização das obras particulares realizadas por moradores locais. Àqueles que infringissem os preceitos camarários eram atribuídas multas, discursos moralizantes e até mesmo prisão.

Descrição Geral do conteúdo:

Audiência de instalação da Almotaçaria e código de conduta e correção

Registros de condenações do Juízo da Almotaçaria – referências e anotações de receitas e despesas ano de 1845

Registro dos termos e corrida e correções do Almotacé

Registros de audiências do Juízo de Almotaçaria

Livro de Registro da Almotaçaria – Capítulos da Correção (LRA-CC) 1811-23

Livro de Registro da Almotaçaria – Condenações (LRA-Cd) 1811-45

Livro de Registro da Almotaçaria – Protocolo de Audiências (LRA-PA) 1811

Livro de Registro da Almotaçaria (LRA-PA) 1818-24

Livro de Registro da Almotaçaria – Termo de Corrida (LRA-TC) 1811-28

Livro de Registro da Almotaçaria – Termo de Corrida (LRA-TC) 1812-27

---

[1] A palavra almotaçaria foi usada, desde a Idade Média, tanto em sentido geral, para designar a instituição ou suas atribuições, quanto em sentido particular, para designar as atividades mais correntes do almotacé e, depois, da câmara em relação ao abastecimento das cidades. (PEREIRA, 2001:371).

Almotazar: “ofício do Almotacé [...]” (SILVA, 1823/Tomo I: 108). A palavra almotaçaria foi usada, desde a Idade Média, tanto em sentido geral, para designar a instituição ou suas atribuições, quanto em sentido particular, para designar as atividades mais correntes do almotacé e, depois, da câmara em relação ao abastecimento das cidades. Almotazar era fiscalizar o comércio, ou garantir que todos pudessem encontrar alimentos no mercado, impondo racionamento quando preciso, ou, ainda, tabelar preços. Neste último sentido, que chegou ao século XIX, a almotaçaria era qualquer tabelamento de preços, mesmo os que não tinham eram de responsabilidade das municipalidades.

[2] Ibidem, p. 134-135. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib: considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. Revista Brasileira de História: São Paulo, v. 21, n. 42, 2001. Pp. 365-395. SILVA, Antônio de Moraes e. Dicionario da Língua Portuguesa. Tomo I (A-F), Lisboa: Typographia de M.P. de Lacerda, 1823.

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

2 Livros de Lançamento de Imposto Territorial (LLI-T) dos anos de 1928 e 1929

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

6 Livros de Lançamento de Imposto Territorial (LLI-T) dos anos de 1935, 1938/40, 1940/41, 1944, 1946, 1949/50

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Marinha de Guerra**

Livro de subscrições mensais para aumento da Marinha de Guerra do Império do Brasil (LSM-MG) DO ANO DE 1823.

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Negócios Fazendários**

Descrição geral do conteúdo

Registro de Apólices de Empréstimos Municipais – Rio Pardo

Termo de arrematações e contratos celebrados no município de Rio Pardo

Registro patrimonial e controle dos bens móveis da Câmara Municipal de Rio Pardo

2 Livros de Arrematações e Contratos (LAC) dos períodos 1811/64 e 1829/34

Livro de Inventário Patrimonial (LIP) do período 1811/1888

Livro de Registro de Empréstimo Municipal (LREM) do período 1869/78

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Negócios Fazendários**

6 Livros de Registro de Empréstimo Municipal (LREM) dos anos de 1911(3), 1915, 1917, 1920

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Obras Públicas**

Descrição geral do conteúdo:

Registro de Obras Públicas

Registro de donativos voluntários para obra de construção da ponte sobre o Rio Pardo

2 Livros de Registros de Obras Públicas (LROP) dos anos de 1816, 1878/90

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Obras Públicas**

6 Livros de Registro de Obras Públicas (LROP) dos anos de 1938, 1953, 1954, 1971 (2) e 1972.

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Tesouraria**

Descrição geral do conteúdo:

Caixa particular da renda geral – Rio Pardo

Registro de receita e despesas (estampilhas e do selo adesivo) – Rio Pardo

Registros contábeis de pagamentos e recebimentos da Construção da Ponte do Rio Pardo

Registros contábeis de pagamentos e recebimentos da Câmara Municipal de Rio Pardo, RS

11 Livros de Receita e Despesa da Câmara Municipal (LRD-CM) dos anos de 1811, 1829, 1829/35, 1831, 1831/2, 1832, 1843/67, 147/51, 1848/49, 1854

Livro de Receita – Comércio (LR-C) 1858/62

Livro de Receita – Pecuária (LR-P) 1860/1923

20 Livros de Receita e Despesa da Câmara (LRD-CM) 1863/96, 1865/66, 1865/89, 1865/92, 1867/76, 1871/76, 1872, 1876/86, 1877, 1879/80 (2), 1881/82, 1882/83 (2), 1883/84, 1884/88, 1885 (2), 1885/86, 1891

### **Fundo: Câmara Municipal**

#### **Série: Registros Gerais da Câmara**

Os livros de Registros Gerais da Câmara reúnem informações acerca de requerimentos diversos feitos à Câmara; provisões de cargos; contratações de obras e requerimentos de terras no período compreendido pelos anos de 1811 a 1858.

Descrição geral do conteúdo: Registros e encaminhamentos gerais da Câmara de Rio Pardo; Requerimentos Gerais; Provisões de Cargos; Contratações de Obras; Requerimentos de Terras; Naturalizações; Portarias; Editais

28 Livros de Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo (LRGC) dos períodos: 1811; 1811-22; 1814-15; 1815-16; 1816-17; 1816; 1817-18; 1818-21; 1821; 1821-22; 1823-25; 1824-25; 1825; 1828; 1829; 1829-32; 1833-35; 1835-46; 1844; 1846-49; 1849-52; 1852-58; 1856-72; 1858-65; 1862-90; 1871-80; 1880-84; 1884-90

### **Fundo: Intendência**

#### **Série: Registros Gerais da Câmara**

4 Livros de Registros Gerais da Intendência Municipal de Rio Pardo (LRGC) períodos 1894-97, 1894-98, 1898-02, 1902-07

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Secretaria do Município**

**Subsérie: Administração**

Livro de Departamento Pessoal (LDP) 1969

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Contribuintes**

Descrição geral do conteúdo: Contribuintes e tributação rendas provinciais – Rio Pardo

Livro Índice de Contribuintes (LIC) 1915-23

Livro de Contribuintes – Pastagens municipais (LC-P) 1925-35

Livro Índice de Contribuintes (LIC) 1926

Livro Índice de Contribuintes (LIC) sem data

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Contribuintes**

Livro Índice de Contribuintes (LIC) 1944

Livro Índice de Contribuintes (LIC) sem data

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: impostos**

3 Livros de Lançamento de Imposto – Bebidas Nacionais (LLI – BN) 1897, 1909, 1909

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

6 Livros de Lançamento de Imposto – Carroças Carretas e Autos (LLI – CCA) 1919 a 1924

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

Livro de Lançamento de Imposto Carroças Carretas e Autos (LLI – CCA) 1934

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

Livro de Lançamento de Impostos – Exatores (LLI-Ex) 1937-38

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Justiça**

**Subsérie: Juizado de Órfãos**

**Juizado de Órfãos**

No século XVIII, houve um crescimento da população livre e pobre e junto com ele o abandono de crianças ao desamparo pelas ruas e lugares imundos, segundo os Anais do Rio de Janeiro de 1840 (DEL PRIORE, 1989, p. 48).

Nas cidades, coube às Câmaras e às Santas Casas o trabalho de acolhimento e criação de enjeitados. Nas Santas Casas instalava-se a Roda dos Expostos, onde os bebês eram deixados.

O Juizado dos Expostos e Órfãos existe desde o período colonial. Seu papel é registrar, encaminhar e zelar pelos expostos (recém-nascidos).

O Juizado de Órfãos foi durante o Império uma das instituições públicas mais importantes do cotidiano dos municípios brasileiros, desempenhou funções que foram mais tarde repartidas e destinadas a órgãos especializados. Sua função primeira era guardar o interesse dos órfãos, zelar pelas suas heranças, cuidar da relação entre eles e seus tutores e pela segurança do rendimento de seus bens.

Os registros disponíveis prestam-se à leituras que vislumbrem além da simples inscrição de expostos e órfãos. A partir deles pode-se ver as transformações das relações sociais da cidade, as relações de valores monetários e financeiros, as negociações de heranças. Além disso, o registro do **Cofre dos Órfãos** nos mostra que o Juizado muitas vezes funcionava como verdadeira instituição financeira, fornecendo empréstimos com o dinheiro dos órfãos para assim obter rendimentos, inclusive emprestando à própria administração pública.[2]

Livro de Registro de Expostos (LRE) 1811-73

Livro de Registro de Tutorias de Órfãos (LRTO) 1858

Livro de Matrícula de Criados e Amas de Leite (LMCA) 1873-84

Livro de Registro do Cofre dos Órfãos (LRCO) 1879-96

[1] DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997; DEL PRIORE, Mary. A mulher na história do Brasil: raízes históricas do machismo brasileiro, a mulher no imaginário social, “lugar de mulher é na história”. São Paulo: Contexto, 1989; DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993; SAMARA, Eni de Mesquita. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984; SOUZA, Laura de Mello e (Org.). História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. Vol. 1. SAMARA, Eni de Mesquita. As mulheres, o poder e a família: São Paulo – século XIX. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura. 1989.; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil Colonial. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1984; MATTOSO, Kátia de Queirós. Família e sociedade na Bahia do século XIX. São Paulo, Corrupio, 1988. RAGO, Margareth. Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. VENÂNCIO, Renato Pinto. “Nos limites da sagrada família, ilegitimidade e casamento no Brasil Colonial”. In: VAINFAS, Ronald (org.). História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1986. Pp. 107-123. VAINFAS, Ronald. Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

[2] PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre. Porto Alegre: SEC, 1983, Vol. 1, p. 83.

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

3 Livros de Lançamento de Imposto – Impostos Gerais (LLI-IG) 1883-84, 1884, 1890-91

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

47 Livros de Lançamento de Imposto – Impostos Gerais (LLI-IG) dos anos de: 1893; 1909-15; 1912; 1915; 196 (3); 1917 (3); 1918 (3); 1919; 1920 (4); 1921; 1922; 1923 (3); 1924 (3); 1925 (3); 1926 (4); 1927 (3); 1928 (7)1929 (4)

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

76 Livros de Lançamento de Imposto – Impostos Gerais (LLI-IG) dos anos de: 1930 (5), 1931(5), 1932 (7), 1933 (5), 1934 (8), 1934/35 (4), 1934/37, 1935/38 (2), 1936/37, 1937 (5), 1936/38, 1939 (3), 1940 (3), 1941 (3), 1942 (3), 1943 (3), 1944 (4), 1944/46, 1945 (5), 1946 (3), 1947, 1947/48, 1948.

**Fundo: Câmara Municipal**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

1 Livros de Lançamento de Imposto – Indústria comércio e profissões (LLI-ICP)  
1889

1 Livros de Lançamento de Imposto – Indústria comércio e profissões (LLI-ICP)  
1890

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

14 Livros de Lançamento de Imposto – Indústria, Comércio e Profissões (LLI-ICP)  
dos anos de: 1892 a 1894, 1909 (2), 1910, 1912 (2), 1914 (2), 1915 (2), 1922, 1924.

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

4 Livros de Lançamento de Imposto – Indústria, Comércio e Profissões (LLI-ICP)  
dos anos de: 1934, 1934/35, 1948/49, 1962

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

22 Livros de Lançamento de Imposto – Pecuária (LLI-PE) dos anos de 1904, 1906,  
1908, 1909 (2), 1910, 1911 (4), 1912 (3), 1913 (3), 1914 (3), 1915 (2), 1922.

**Fundo: Intendência**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

37 Livros de Lançamento de Imposto Predial (LLI-Pr) dos anos de 1893, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1902, 1903, 1904, 1907, 1909 (3), 1910 (2), 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1918, 1919 (2), 1920, 1921, 1922, 1923 (2), 1924 (2), 1925, 1926, 1927, 1928, 1929.

**Fundo: Prefeitura**

**Série: Tesouro e Fazenda**

**Subsérie: Impostos**

27 Livros de Lançamento de Imposto Predial (LLI-Pr) dos anos de 1930, 1931, 1932 (2), 1933 (2), 1934, 1935, 1936 (2), 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944 (4), 1944/47, 1945, 1946, 1947, 1948, 1960.